

Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos

Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos

Alex Branco Fraga
Janice Zarpellon Mazo
Marco Paulo Stigger
Silvana Vilodre Goellner
(Organizadores)

Série Esporte, Lazer e Saúde

2009
Porto Alegre



Gênese
EDITORA

© dos autores
1ª edição: 2009

Direitos reservados desta edição:
Ministério do Esporte do Brasil

Capa: Flávio Roberto Gonçalves
Revisão: Vilma Beatriz da Silva Dentzien/ Naila Touguinha Lomando
Editoração eletrônica: Vanessa da Silva/ Gênese Artes Gráficas

P769 Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos / organização Alex
Branco Fraga, Janice Zarpellon Mazo, Marco Paulo Stigger,
Silvana Vilodre Goellner – Porto Alegre: Gênese, 2009. – (Série
Esporte, Lazer e Saúde)

125 p.; il.

Ensaio de vários autores.
ISBN: 978-85-61652-04-3

1. Lazer – 2. Saúde – 3. Espaços urbanos – 4. Políticas públicas
– 5. Projetos sociais – 6. Parques públicos – 7. Praças públicas
– I. Fraga, Alex Branco – II. Mazo, Janice Zarpellon – III. Marco
Paulo Stigger – IV. Goellner, Silvana Vilodre

CDU: 379.8

Catálogo na publicação

Bibliotecária responsável: Naila Touguinha Lomando, CRB-10/711

Planejamento dos espaços e dos equipamentos de lazer nas cidades: uma questão de “saúde urbana”

Simone Rechia

1 INTRODUÇÃO

As cidades passaram a ter na sociedade moderna, espaços reduzidos para potencializar experiências lúdicas no âmbito do tempo-espaço do lazer. Tal fato se dá em função das várias transformações sociais percebidas nas cidades, entre as quais identificamos uma sensível limitação dos espaços destinados a essas experiências, uma forte fragmentação no tecido urbano, uma rígida separação de funções sociais institucionalizadas, ao aumento do tráfego e do nível de poluição ambiental e, conseqüentemente, aos problemas relacionados à saúde dos sujeitos que vivem nos grandes centros urbanos. Para Simmel (1998), essa nova configuração é decorrente das grandes mudanças estruturais do mundo moderno, sendo “a urbanização, a divisão social do trabalho e, acima de tudo, o advento da economia monetária” fatores determinantes desse processo. Pacheco corrobora com essa perspectiva:

Os grandes aglomerados urbanos ressentem-se da falta de espaços públicos para o usufruto do lazer em função do crescimento desordenado, do amplo processo de especulação imobiliária, da falta de políticas públicas e sociais e da ausência de um planejamento adequado das cidades. (PACHECO , 2006, p.173).

Diante desse contexto, torna-se relevante para pesquisadores preocupados com a “vida de qualidade” dos cidadãos brasileiros investigarem como o planejamento adequado de espaços e os equipamentos destinados às experiências no âmbito do esporte e lazer podem, em certa medida, sanar tal problemática urbana. Se, associado a esse planejamento, forem realizados projetos de intervenção no campo da saúde, da educação e da cultura de forma inter-relacionada a longo prazo, poderá ser possível prevenir diversas doenças causadas pela imobilidade corporal, a qual pode gerar a incapacidade de viver, de sentir e de perceber as diferentes possibilidades da vida cotidiana de milhares de crianças que, com certeza, se tornarão adultos desmotivados e com pouca autonomia para experienciarem a cultura de maneira ampliada na idade adulta e madura, reconhecendo o valor dessas práticas para o “bem viver” no ambiente urbano.

Para refletir sobre essas questões, faz-se necessário investigar qual a principal função dos espaços públicos de esporte e lazer a partir do planejamento dos modelos de equipamentos existentes. Portanto, o interesse do GEPLC é salientar a importância de mantermos esses espaços públicos, os quais estão-se tornando cada vez mais raros nos ambientes urbanos. Além da raridade, outro fator que merece ser explicitado é a desvalorização dos espaços públicos em detrimento de outros espaços privados, os quais atendem, com mais ênfase, aos interesses capitalistas. Entretanto, mesmo diante desses aspectos desfavoráveis, nossos estudos pretendem mostrar que uma das características mais interessantes dos ambientes públicos é a possibilidade de tornarem-se lugares de encontro por meio dos usos combinados e cruzados, pois se mostram como expressão da vida coletiva de uma sociedade.

Nessa perspectiva, Jacobs (2000) afirma que determinados espaços das cidades funcionam com dois tipos de uso: *Usos Principais* – funcionam como âncora e atraem as pessoas àquele determinado lugar, como escolas, centros de saúde, empresas, igrejas, parques, praças, centros esportivos e culturais, entre outros. E *Usos Derivados* – coretos, quiosques, bares, restaurantes, lanchonetes, lojas, práticas corporais, os quais são movimentos que surgem em consequência da presença dos *usos principais*. Assim, conclui-se que essa combinação dos usos é que torna o lugar vivo, pois gera a diversidade urbana.

Acredito que alguns resultados de nossas pesquisas podem colaborar com o debate referente à temática, fornecendo subsídios para políticas públicas que concretamente favoreçam a população, a partir da interpretação das formas dos usos dos espaços de esporte e lazer, pois potencializarão a relação entre os usos principais e derivados, gerando a combinação de usos, qual seja, contemplar e brincar, jogar e caminhar, passear e pensar, descansar e correr, conversar e silenciar, admirar e repudiar, entre outras infinitas combinações possíveis.

2 OS ESPAÇOS DAS CIDADES E SUAS POSSIBILIDADES MÚLTIPLAS NO ÂMBITO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE, DE HABITAÇÃO, DE EDUCAÇÃO, DE SAÚDE, DE LAZER, DE CULTURA E DE ESPORTE

Para Lefebvre (2001), no curso do desenvolvimento das sociedades modernas, a metamorfose entre cidade e urbano causa continuidades e descontinuidades. Sendo assim, não pode ser concebida apenas como **um** sistema significativa, determinado e fechado, mas como sistema, ela - a cidade - possui a capacidade apoderar-se de diferentes significações, oriundas do campo de relações, da vida imediata, da religião, da ideologia política e, simultaneamente, de momentos de festa, de manifestações culturais gerais, de caos, de violência. Essa simultaneidade demonstra que as significações es-

tão conectadas a um sistema **múltiplo**, ou seja, as manifestações sociais e culturais ocorrentes no âmbito do tempo-espaço do lazer estão alheadas aos sentidos econômicos, materiais, políticos e sociais. Para o referido autor, a vida urbana “não é uma essência atemporal, nem um sistema entre os sistemas, ou acima de outros sistemas. É uma forma mental e social, a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro, ou antes, dos encontros.” (LEFEBVRE, 2001, p.57).

Portanto, o urbano não pode ser definido nem como apegado a uma morfologia material (na prática ou no prático-sensível), nem como algo que pode-se separar dela. A cidade produz tanto bens materiais quanto bens simbólicos, e a compreensão do fenômeno lazer está atrelada, entre outros fatores, a essas conexões. Nessa perspectiva, pensar sobre a categoria espacial é pensar em uma dimensão importante para a compreensão dessa realidade, se considerarmos que o espaço não é apenas um “palco inerte”¹ onde os atores sociais desenvolvem suas ações, mas lugar do desejo e ligação dos tempos cujos significados se transformam a todo instante. Nessa relação dialética, tanto o espaço é determinado pelo sujeito, quanto pode determinar suas ações, constituindo-se como um instrumento de dominação e de poder.

Dessa maneira, o estudo da constituição dos espaços em nossa sociedade dá-nos subsídios para a elucidação de fenômenos sociais complexos. No que se refere ao planejamento urbano no século XIX, pela influência cultural exercida por França e Inglaterra, houve o surgimento de campanhas de modernização, salubridade e embelezamento das cidades. Essa campanha foi

embalada pelas políticas sanitaristas vigentes, as quais geraram um processo de remodelação urbana, usada como justificativa para expulsar as camadas mais pobres da população, que porventura, ocupassem as áreas centrais. (MACEDO; ROBBA, 2003, p.27).

Nesse contexto, a construção de praças ajardinadas e de grandes avenidas arborizadas causou a demolição de muitos imóveis, e a população pobre foi desalojada e transferida para a periferia das cidades. Já a partir da segunda metade do século XX,

o adensamento da cidade leva a uma consequente diminuição da quantidade de espaços livres entranhados na malha urbana, valorizando ainda mais os remanescentes. Os espaços livres, principalmente os informais, como

¹ Maria Tereza D.P. Luchiari aponta a importância da compreensão do espaço para a análise social em seu texto *A categoria espaço na teoria social (1996)*.

várzeas, campos e arrabaldes, passam a ser ocupados por edificações. Nessa etapa, o espaço livre público e urbano torna-se uma das opções de área de lazer existentes na cidade. Os parques e as praças públicas passam a ser utilizados para tal fim, ainda que dedicados exclusivamente a atividades contemplativas. (MACEDO; ROBA, 2003, p.32).

Esse adensamento fez os espaços urbanos serem planejados funcionalmente para suprir as necessidades relativas à habitação, ao trabalho, ao lazer e à circulação. Portanto, o lazer foi um dos itens que o urbanismo moderno estabeleceu como de suma importância para o habitante urbano do século XX, tornando os espaços livres públicos uma opção significativa. Entretanto, a lógica que sustentou tais projetos foi a do lazer ativo, que envolvia principalmente as atividades esportivas e a recreação infantil. Isso caracterizou uma nova linha de projetos paisagísticos urbanos, concretizados com a implantação de quadras esportivas, *playgrounds* e pistas de caminhada nas praças. É importante ressaltar que, mesmo com ênfase nessa perspectiva, o lazer entendido como possibilidade de contemplação e de experiência cultural, nunca deixou de ser proposto através da inovação dos projetos como, por exemplo, a implantação de museus, anfiteatros e conchas acústicas.

Nesse contexto, salienta-se que espaços multifuncionais e adaptáveis a diferentes interesses culturais, os quais podem ser utilizados pela população das mais diversas formas, são ambientes interessantes, pois a não determinação de um uso específico possibilita ao frequentador apropriar-se do espaço da maneira que lhe for mais agradável e necessária. Entretanto, em função do crescimento populacional e das mudanças das relações de trabalho, percebemos a redução desses espaços de convívio social público, tornando-os cada vez mais raros nos meios urbanos. Segundo Pina, citado por Müller ,

com esse aumento exacerbado da população no meio urbano é necessário que existam mais áreas e sistemas operacionais de circulação, comunicação, energia, serviços e outros, uma vez que o território passa a ser solicitado por um número crescente de habitantes. Com esses aspectos não solucionados, foram reduzidos gradativamente o espaço urbano e a qualidade de vida de seus habitantes. (MÜLLER, 2002, p.3).

Isso ocorre porque o crescimento populacional no meio urbano não foi acompanhado de um paralelo desenvolvimento de infraestrutura, gerando não só a escassez dos espaços, mas conseqüentemente uma desigual distri-

buição dos espaços de lazer na cidade, centralizando os principais meios disponibilizados e restringindo o acesso de alguns segmentos sociais. Marcellino aponta que

essa situação é agravada, sobretudo, se considerarmos que, cada vez mais, as camadas mais pobres da população vêm sendo expulsas para a periferia e, portanto, afastadas dos serviços e dos equipamentos específicos: justamente as pessoas que não podem contar com as mínimas condições para a prática do lazer em suas residências e para quem o transporte adicional, além de economicamente inviável, é muito desgastante. Nesse processo, cada vez menos encontramos locais para os folguedos infantis, para o futebol de várzea, ou que sirvam como pontos de encontro de comunidades locais. (MARCELLINO, 2002, p.72).

É interessante refletirmos também sobre *quem* nas cidades está oferecendo espaços e serviços de esporte e lazer, *para quem* eles se destinam, *como* foram planejados e *com que* objetivos. Percebemos que as ações da iniciativa privada vêm-se constituindo como as principais alternativas para vivências no tempo e no espaço de lazer nas cidades, que não há conexão entre interesses dos usuários, planejamento e programas sociais. Esse fato torna o acesso ao lazer restrito às camadas sociais mais privilegiadas economicamente e a exclusão das classes trabalhadoras.

Por esta ótica, o lazer é nocivamente entendido como mercadoria, em que a lógica capitalista transforma os sujeitos em meros consumidores que acabam absorvendo uma determinada “cultura”, que, segundo Mascarenhas (2006), é a do “mercolazer”, estando totalmente à mercê da lógica dominante no meio social. Tal entendimento acaba por contribuir para a permanência de um espírito de passividade do usuário desses serviços diante da “indústria cultural”. Marcassa alerta que, no tempo e no espaço de lazer,

são consumidos produtos culturais intimamente articulados aos interesses do capital e das classes dominantes, cujo objetivo é disseminar saberes, valores, significados e formas de relacionamento, reproduzindo determinada ordem social e seus modos de ser, de viver e de compreender a vida correspondente. Essa é a manifestação do lazer como indústria cultural. (MARCASSA, 2003, p. 5).

Notamos assim uma necessidade emergencial na proposição de espaços e equipamentos de lazer públicos, os quais venham romper com essa

tendência possibilitando diversificadas experiências aos cidadãos, visto que de nada adianta a luta dos trabalhadores para o aumento do tempo livre se esse acabar por utilizá-lo na afirmação dessa cultura do “mercolazer”.

Nesse sentido, concordamos com Marcellino (2006), quando aponta que a “democratização do lazer no ambiente urbano depende da democratização do espaço”. Para que a população possa usufruir o seu tempo de lazer com qualidade, é necessário que o tempo disponível corresponda a um espaço disponível e acessível. Em nosso entendimento, uma das alternativas para que isso aconteça efetivamente é uma gestão pública que priorize a construção e a manutenção dos espaços públicos de lazer de acordo com as necessidades e os anseios da população.

As praças públicas, os centros de recreação e de cultura popular, entre tantas outras atividades [possíveis] de fortalecimento do uso emancipatório do tempo livre, constituem alguns exemplos de que a inatividade somente pode ser aprofundada se houver o que fazer fora do trabalho tradicional, principalmente fundado na existência de mecanismos de financiamento do tempo livre. De outra forma, lamentavelmente, deverá ser cada vez mais o *shopping center*, o local de exercício do ócio não criativo, praticado apenas pelos que têm dinheiro. (POCHMANN apud MASCARENHAS, 2005, p.57).

Nesse sentido, o espaço, o público para contrapor-se à lógica do consumo e da ocupação produtiva do ócio, deve-se caracterizar como lugar privilegiado para o desenvolvimento de manifestações lúdicas, culturais e políticas. Lefebvre ressalta que a *centralidade lúdica* tem suas implicações,

Em restituir o sentido da obra trazido pela arte e pela filosofia – dar ao tempo prioridade sobre espaço, não sem considerar que o tempo vem-se inscrever e se escrever num espaço – pôr a apropriação acima do domínio [...] o espaço lúdico coexistiu e coexiste ainda com espaços de trocas e de circulação, com espaço político, com espaço cultural. (LEFEBVRE, 2001, p.132).

No entanto, podemos notar que, muitas vezes há negligência com relação aos espaços públicos disponibilizados à população pela administração pública. Isso é agravado pela falta de educação política dos usuários, os quais não são estimulados a perceber a importância de conquistar o direito a ambientes adequados e que proporcionem diversificadas experiências no

tempo-espaço de lazer. Pesquisas² apontam que não há reivindicações acentuadas de usuários por equipamentos de lazer, portanto não são entendidos como uma das prioridades da administração pública, ocasionando muitas vezes um sucateamento e um descaso nos já ínfimos e inadequados espaços públicos existentes. Para Müller, entretanto

o espaço de lazer tem uma importância social, por ser um espaço de encontro e de convívio. Através desse convívio, podem acontecer a tomada de consciência, o despertar da pessoa para descobrir que os espaços urbanos equipados, conservados e principalmente animados para o lazer são indispensáveis para uma vida melhor para todos e que se constituem num direito dos brasileiros. (MÜLLER, 2002, p.5).

Esse direito, na verdade, é uma necessidade, uma ponte para a realização dos seres humanos que se ocupam majoritariamente, em seu cotidiano, com as atividades ligadas ao trabalho. Para Lefebvre,

o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitar e ao habitat. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 2001, p.134).

Assim, mostra-se pertinente buscar alternativas e possibilidades que possam despertar nos cidadãos um anseio que extrapole o mero “sobreviver” humano. A partir de experiências significativas e efetivas no âmbito do tempo/espaço do lazer, acredito ser possível alcançar parte desse ideal. Contudo, faz-se necessário orientar a população para que exerça sua cidadania e lute pela obtenção de novos espaços bem como pela conservação dos já existentes, e por transformação, por recuperação e por revitalização de outros.

3 MAS... COMO VIVENCIAR AS PRÁTICAS CORPORAIS NO MEIO URBANO?

Hoje, a cidade não pode ser considerada de todos – o planejamento urbano da maioria das cidades privilegia o adulto produtivo – e a evidente demonstração desse fato é a supervalorização do espaço para automóveis, que poderíamos considerar o “brinquedo” favorito dos jovens e dos adultos. O ambiente urbano, dessa forma, transforma-se profundamente para atender

² Pesquisa divulgada no jornal “Gazeta do Povo”, dia 14 de setembro de 2008, sessão “VIDA PÚBLICA”, p.06-07.

a tal demanda de deslocamento com largas avenidas, as quais devem proporcionar velocidade de locomoção em menor tempo e maior espaço. Para Jacobs (2001),

atualmente, todos os que prezam as cidades estão incomodados com os automóveis [...] as artérias viárias, junto com estacionamentos e postos de gasolina, são instrumentos de destruição urbana, poderosos e persistentes. Para lhes dar lugar, as ruas são destruídas e transformadas em espaços imprecisos, sem sentido e vazios para qualquer pessoa a pé. (JACOBS, 2001, p.377).

A partir dessa profunda mudança no ambiente urbano, deixamos de visualizar crianças, jovens e adultos brincando, circulando, passeando ou vivenciando práticas corporais regularmente e com autonomia em ruas, em calçadas, em praças, parques e/ou em outros ambientes públicos. Alguns desses lugares até são considerados, na atualidade, perigosos.

Para as crianças, restam, nesse contexto, espaços privados, controlados e especializados, uma espécie de território delimitado, nos quais possam ser garantidas suas necessidades de lazer, de desenvolvimento e de aprendizagem. Entre eles, podemos citar as creches, as escolas de educação infantil, as pracinhas em condomínios, os parques de diversão privados, shoppings e até o quarto das casas.

Nesse sentido, Tonucci (2005, p.204) cita a pesquisa de ARMONSTRANG, que analisou a influência da mobilidade autônoma no desenvolvimento das crianças, e “evidenciou que 50% das meninas entre 10 e 16 anos e 30% dos meninos da mesma idade não fazem um percurso de 10 minutos por dia, a pé”.

Diante das argumentações levantadas no tópico anterior, percebe-se que, se, por um lado, para crianças com maior poder aquisitivo há uma tendência mundial a institucionalizar as atividades de tempo livre, por outro, para crianças sem acesso a uma condição digna de sobrevivência, só há uma alternativa: o trabalho infantil precoce. Em ambos os casos, há um esforço de transformar as crianças intelectualmente ativas e corporalmente passivas. Portanto, na atualidade, as crianças não estão tendo tempo de serem simplesmente “crianças”. Nesse contexto, há um descaso com a vida da criança que - ao longo de seu crescimento e no curso de sua vida adulta - precisa de experiências lúdicas para a estruturação de um desenvolvimento sadio a partir da integração de seu equilíbrio físico, emocional, intelectual, social e ambiental.

Esses fatos implicam uma atenção especial por parte de especialistas ligados à saúde, à educação, ao lazer e políticas públicas, pois a necessidade

de atividades lúdicas diversificadas na infância é crucial, senão decisiva na delimitação de hábitos saudáveis para uma vida de qualidade.

Segundo nossos dados de pesquisa, a falta de planejamento adequado, associado à falta de programas sociais efetivos em espaços físicos destinados às experiências lúdicas nos grandes centros urbanos, somados à sobrecarga de atividades (tarefas escolares, cursos paralelos ou trabalho infantil precoce), inibem a potencialidade das brincadeiras infantis e tomam todo o tempo das crianças, obrigando-as a tornarem-se adultos de maneira precoce, com todas as implicações que esse fato acarreta na sociedade capitalista e de consumo.

Considero que uma criança sem tempo de ser criança, que não brinca, não joga bola, não convive em grupo, não anda de bicicleta, de patins, de *skate*, entre outras, práticas da cultura corporal, terá dificuldades em compreender o seu corpo e suas múltiplas possibilidades. Essa criança pode tornar-se um adulto, cuja rotina entre o espaço privado e o espaço de trabalho ficará cada vez mais acentuada, abandonando quase por completo o espaço público “aberto” como possibilidade de vivências lúdicas. Portanto, poderão ter corpos frágeis e provavelmente sem motivação para vivenciá-lo de forma ampliada.

Tonucci (2005, p.203) adverte que esse fenômeno é preocupante porque, além de gerar “a diminuição da autonomia de deslocamento das crianças”, também pode inibir a “aquisição de conhecimento ambiental”, deixando de oportunizar a experiência pessoal sensível que as crianças podem ter de um determinado ambiente. Tonucci ressalta que essa autonomia influencia as crianças, “tanto em relação à representação dos percursos familiares quanto à representação do bairro”. Nesse sentido, para que possamos preservar e valorizar o ambiente em que vivemos, é preciso conhecê-lo.

Já para os adultos, segundo Guedes e Grondin (2002), a falta de mobilidade autônoma pode afetar, além desses elementos, “fatores fisiológicos associados, predispondo ao surgimento de fatores de risco relacionados às doenças crônico-degenerativas”. Nesse sentido,

As informações epidemiológicas relacionadas ao sedentarismo e ao comportamento dietético, de populações jovens, revelam que, ao perpetuarem tendências observadas atualmente, estima-se que, em 2020, 73% dos adultos deverão apresentar disfunções orgânicas atribuídas à aquisição de hábitos alimentares e de prática de atividade física, inadequados. (GUEDES; GRONDIN, 2002, p. 24).

Tonucci, ao citar uma pesquisa realizada pela Comunidade Européia, constata esse fato, pois tal investigação revela que

Cada litro de gasolina utilizada pelos automóveis corresponde a custos elevados em despesas de saúde. Nesse sentido, poderiam ser poupados, todos os anos, centenas de milhares de recursos financeiros com saúde e ser gasta essa importância para favorecer a mobilidade das cidades, com a conseqüente redução do consumo de gasolina. (TONUCCI, 2005, p.91)

Ações como estimular a convivência de crianças, de jovens, de adultos e de idosos a partir da cultura local, através do uso e da apropriação de espaços e de equipamentos públicos de esporte, de lazer e de cultura nos bairros, planejando espaços adequados para essas práticas, associando-as às políticas de saúde, à cultura, à educação e à preservação ambiental, parece-nos fundamental nesse contexto.

Acredito que as conseqüências dessa falta de mobilidade autônoma de crianças e de adolescentes, podem, a longo prazo, representar um grave problema econômico e social para as estruturas de saúde. Para tanto, faz-se necessário que o Estado implemente políticas públicas que permitam às pessoas de diferentes segmentos sociais e em diferentes fases da vida algum tipo de prática vinculada à cultura corporal gratuita e de qualidade em ambientes públicos.

Além dos fatores ambientais e biológicos salientados nos tópicos anteriores, para Jacobs (2000), as cidades são também geradoras naturais da diversidade e de sociabilidade e, para que possamos usufruir dessas vantagens, é necessário admitirmos a combinação entre usos e valores, os quais se efetivam com a apropriação dos espaços pelos pedestres. Essa dinâmica dá-se a partir do encontro das pessoas que se apresentam próximas e que possuem gostos, habilidades e necessidades diferentes. A autora ressalta que o grande conflito está entre pedestres e veículos, em que quem ganha é a grande quantidade de veículos em detrimento ao sacrifício das necessidades dos pedestres, no caso da mobilidade autônoma. Tal fato gera o esvaziamento das pessoas das ruas, causando a dependência excessiva dos carros. Assim, a quantidade de carros e a possibilidade de diversidade de usos dos espaços públicos das cidades são incompatíveis. Essa forma de viver o cotidiano pode ocasionar problemas tanto de ordem individual quanto de ordem social.

Entretanto, de acordo com Jacobs (2000), as ruas, calçadas, os parques, as praças e todos os demais espaços públicos de uma cidade são locais importantes, definidos por ela como “órgãos vitais” que, a partir dos diversos usos, mantêm a segurança. Tal fato se dá porque a vida social em locais públicos, nos quais ocorre uma reunião de pessoas que não se conhecem de

maneira íntima, mas realizam um contato trivial de pequenos grupos, pode provocar confiança e um apoio eventual nos momentos de dificuldade. Para Jacobs (2000), esse fato pode trazer a “confiança pública informal”. Ressalto que a saúde dos sujeitos no meio urbano se dá justamente na possibilidade de adquirir o equilíbrio entre a saúde individual/biológica e a saúde social, em cujo interior de um automóvel e /ou de transporte público, é impossível adquirir tal estado.

Outra grave consequência dos fatos levantados até aqui é a questão da falta de conscientização ambiental percebida nos grandes centros urbanos, gerada a partir do distanciamento da vida pública e da intensa individualização dos sujeitos em espaços privados onde pensamos estar protegidos.

Não adianta uma cidade ter muitos parques, muitos bosques e muitas praças, com espaços verdes conservados e largas avenidas, porém, sem estudos para um melhor aproveitamento desses espaços. Fazem-se necessários projetos para uso e apropriação dessas áreas. Os investimentos financeiros que tais projetos requerem são certamente compensados pelos menores custos em tratamentos médicos, que a agitada vida moderna produz e que incidem pesadamente nos cofres públicos e em uma vida cotidiana sem qualidade. Assim, uma gestão pública que considere essas questões e deseje promover uma retomada da mobilidade autônoma dos cidadãos, não apenas com eventos estanques e pontuais, mas com decisões urbanísticas, será considerada uma boa administração no futuro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU INÍCIO DE NOVAS INDAGAÇÕES...

Para finalizar este texto, devemos enfatizar que a ação que pode nortear a gestão dos espaços públicos é o **planejamento e a variabilidade dos modelos de espaços e de equipamentos associados a programas realmente eficazes**. Tais modelos esses podem variar tanto de cidade para cidade, como de ambiente para ambiente, em uma mesma cidade. Isso se torna benéfico porque traz a possibilidade de o administrador público inovar e propor espaços singulares e diferenciados. Essa ação pode-se tornar uma saída ao preestabelecido. Assim, os estudos realizados no GEPEC/CEPELS/UFPR, apontam que atualmente os espaços e os equipamentos de esporte, lazer e cultura, em algumas cidades do Paraná, tendem mais a restringir do que estimular a apropriação por parte dos usuários. O descaso com o espaço público pode ser percebido desde o descuido com a manutenção até a falta de segurança, de acessibilidade, de democratização, e a falta de projetos sociais que estimulem práticas corporais ampliadas além do esporte de alto rendimento.

Nesse contexto, não há articulação entre as Secretarias das Prefeituras (Cultura, Meio Ambiente, Educação, Esporte e Lazer, Saúde, Planejamento, entre outras). Portanto, não existe diálogo para a proposição dos espaços

públicos articulados entre si. Como resultado dessa desarticulação, muitas vezes, identifica-se a falta de investimentos destinados ao lazer, no escopo do orçamento municipal.

Porém, mesmo diante das difíceis condições de sobrevivência, no seio de uma sociedade que não para, algumas brechas se abrem, como a luta pelo direito ao lazer. Esse direito social mal reconhecido, se efetivado e compreendido na sua amplitude, e conectado ao direito à educação, à saúde, à habitação, à cultura, ao trabalho, à vida, pode mudar essa realidade.

Vale ressaltar que, entre esses direitos em formação, figura o direito à cidade. Para Lefebvre (2001, p.139), “não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontros e de trocas, aos ritmos de vida e emprego do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais”.

REFERÊNCIAS

FRANÇA, Rodrigo de; RECHIA, Simone. O Estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer: apropriação, desapropriação ou reapropriação. In: CAVICHIOLLI, F. R.; MEZZADRI, F. M.; SOUZA, D. L.(Org.). *Esporte e Lazer: Subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas*. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006. p.61-74.

GEERTZ. C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

JACOBS, JANE. *Morte e vida das grandes cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE. Henri . *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. A categoria espaço na teoria social. *Revista Temáticas*, Campinas, v.4, n.7, p.191-238, jan./jun. 1996.

MACEDO, Silvio Soares; ROBBIA, Fabio. *Praças Brasileiras*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MARCISSA, Luciana. As faces do lazer: categorias necessárias a sua compreensão. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 15., Santo André, 2003. [Anais...].

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer, espaço urbano e transversalidade. In: CARVALHO, João Eloir (Org.) *Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias*. Curitiba: Champagnat, 2006, p.71-82.

_____. *Lazer e educação*. 3 ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer e Utopia: limites e possibilidades de ação política. *Movimento*, Porto Alegre, v. 11, n.3, p.155-182, set./dez. 2005.

MÜLLER, Ademir. Espaços e equipamentos de lazer e recreação e as políticas públicas. In: MÜLLER, Ademir, BURGOS, Maria Suzana. (Org.). *Coletânea de Textos do Encontro Nacional de Recreação e Lazer*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. v.1.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo. A escola pública e o lazer: impasses e perspectivas. In: PADILHA, Valquíria (Org) *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 173- 212.

PEREIRA, Maria Beatriz Oliveira. Lazer e Educação na infância: pensar os espaços de recreio. In: CARVALHO, João Eloir (Org.). *Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias*. Curitiba: Champagnat, 2006

RECHIA, Simone. O Pulsar da Vida Urbana: O espaço, o lugar e os detalhes do cotidiano. In: Carvalho, João Eloir (Org.) *Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias*. Curitiba: Champagnat, 2006, p. 91-102.

_____. O jogo do espaço e o espaço do jogo em escolas da cidade de Curitiba. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v.27, n.2, p.91-104, 2006.

SIMMEL, George. *Simmel e a modernidade*. Tradução Jessé Souza. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

TONUCCI, Francesco. *Quando as crianças dizem: agora não!* Tradução Alba Olmi. Porto Alegre; Artmed, 2005.

TUAN. Y. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.